



amrr



**associação de marcas
de retalho e restauração**



ORIGEM

A situação de crise empresarial em que se encontram as empresas de retalho e de restauração, provocada pelo COVID 19, motivou o nascimento da Associação de Marcas de Retalho e Restauração (AMRR).

A AMRR é uma Associação sem fins lucrativos com o propósito de defender e promover os legítimos interesses de operadores, lojistas e comerciantes dedicados às atividades de retalho e restauração.

DIREÇÃO

PRESIDENTE:
MIGUEL PINA
MARTINS
Science4You

VICE-PRESIDENTE:
PAULO ANDREZ
Toys'R'Us

VICE-PRESIDENTE:
FILIPE AMARO
Quebramar

VOGAL:
ERICA GOMES
Sacoor Brothers

VOGAL:
ACÁCIO TEIXEIRA
Seaside

VOGAL:
FILIPA OLIVEIRA
Wink

VOGAL:
PAULO BORGES
Flying Tiger

VOGAL:
PAULO SOARES
Vista Alegre

VOGAL:
PEDRO NUNES
Ale Hop

VOGAL:
PAULO MONTEIRO
Foreva

ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE:
JOSÉ NOGUEIRA
Lanidor

VICE-PRESIDENTE:
ANA MERCA
A Padaria Portuguesa

SECRETÁRIO:
MIGUEL MARQUES
Aldo

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE:
PEDRO MARINHA
GOMES MGM

VICE-PRESIDENTE:
NUNO GONÇALVES
Bluebird

SECRETÁRIO:
RAFAEL RIBEIRO
New Balance

CONSELHO CONSULTIVO A constituir

PRESIDENTE:
FILIPE SOARES
FRANCO StarWash

OBJETIVOS

- Ser interlocutor junto do governo e de outras entidades públicas e privadas, representando os interesses dos Associados;
- Desenvolver ações de visibilidade da Associação e dos seus Associados junto da opinião pública e publicada;
- Partilha de informação entre Associados, incluindo Minutas Jurídicas, *Webinars*, Seminários;

OBJETIVOS

- Criação de estratégia e plataforma jurídica para defesa dos interesses dos Associados;
- Estudo da viabilidade e implementação de compras em grupo (ex: media) e de outras formas de benefício;
- Criação de programa de formação para os Associados (focados nos empregados) que permita redução de custos para cada empresa.

PROPOSTAS APRESENTADAS AOS CENTROS COMERCIAIS

Nossas Propostas

Março – pagamento 30% da renda mínima e 30% das despesas comuns;

Abril e maio – não pagar qualquer valor a título de remuneração, mas na perspectiva da parceria existente, pagar 30% das despesas comuns;

Reabertura – remuneração que tenha como base apenas percentagem contratada, ou seja um valor variável.

PROPOSTAS APRESENTADAS AO GOVERNO

1. Reconhecimento que os contratos de utilização de espaço comercial, em centro comercial, pela sua natureza, não podem ser abrangidos pelas regras aprovadas e previstas pela Lei no 4-C/2020 de 6 de Abril;
2. Reconhecimento que os contratos de arrendamento, para fins não habitacionais, de cariz comercial, devem ter um regime jurídico diferenciado daquele que veio a ser consagrado pela Lei no 4-C/2020 de 6 de Abril;

PROPOSTAS APRESENTADAS AO GOVERNO

3. Consagração de um regime jurídico de exceção, para as relações contratuais acima identificadas, que reconheça aos lojistas:
 - i. Caso não haja acordo entre lojista e senhorio na adaptação do contrato em vigor, à realidade atual e futura do mercado, é conferida ao lojista a possibilidade de denunciar os contratos de arrendamento até 31.12.2020, sem que por esse facto lhe possa ser exigido quaisquer indemnizações ou penalidades (implicando a devolução integral de todos os instrumentos de garantia: garantias bancárias, cauções entre outros);

PROPOSTAS APRESENTADAS AO GOVERNO

- ii. Consagração da impossibilidade de despejo, com fundamento no não pagamento de rendas, correspondentes aos meses em que as lojas de comércio, por imposição da pandemia, têm que estar encerradas;
- iii. Consagração de uma moratória no regime de atualização de rendas garantindo que estas não serão incrementadas no ano 2020 e 2021 não obstante qualquer acréscimo ou escalonamento previamente consagrado em lei ou previsto contratualmente;
- iv. Consagração de um regime que permita o estabelecimento dos horários de abertura dos centros comerciais, em consonância com os lojistas.

PROPOSTAS APRESENTADAS AO GOVERNO

4. Promoção, em conjunto, com a SPGM de um protocolo que permita às sociedades de Garantia Mútua emitirem diretamente garantias a favor dos senhorios a pedido dos lojistas, para garantia dos contratos de utilização de espaço comercial ou de arrendamento, em substituição das garantias já realizadas, através de caução ou de garantia bancária (algumas emitidas com penhor sobre depósito bancário);
5. Prorrogação do atual regime de Lay-Off simplificado, tal como consagrado no artigo 5o da Portaria no 71-A/2020 de 15 de Março, até 31.12.2020;

PROPOSTAS APRESENTADAS AO GOVERNO

6. Alteração do regime jurídico do Processo Especial de Revitalização (PER), estabelecendo um modelo de PER simplificado, o qual passa, essencialmente, pela revogação da obrigação de obtenção duma declaração de acompanhamento, por parte de um credor não subordinado, que represente pelo menos 10%, do seu passivo e a declaração de R.O.C. a garantir que a sociedade não está insolvente;
7. Aprovar a possibilidade de pagar o IVA em prestações mensais e sucessivas de 1/12 avos mensais;

PROPOSTAS APRESENTADAS AO GOVERNO

8. Suspensão do pagamento especial por conta nos anos de 2020 e 2021;
9. Criação de linhas de apoio a fundo perdido dedicadas à revitalização do comércio a retalho em Portugal, no âmbito dos fundos estruturais e comunitários (ex: PORTUGAL2020) e outros, para implementação de medidas de adaptação ao covid-19 e revitalização das lojas face à nova realidade de comércio mundial (ex: comércio eletrónico).

ASSESSORIA JURÍDICA

A AMMR adjudicou à sociedade Macedo Vitorino & Associados (“MVA”) a assessoria jurídica. A MVA encontra-se a colaborar ativamente na defesa dos nossos Associados.

ATIVIDADE

- **A Associação tem vindo a atuar junto dos decisores políticos e parceiros de negócio:**
 - Propostas enviadas ao Ministro da Economia.
 - Reuniões com o Secretário de Estado.
 - **Recebidos em audiência por S.Exa O Presidente da República;**
 - Reuniões com os Grupos Parlamentares.
 - **Agendada reunião com a Comissão de Economia na Assembleia da República;**
 - Reuniões com a CCP e com a APCC.
- **Presença mediática: telejornais, artigos de opinião, comentários de *opinion* makers**

ATIVIDADE

A Associação realizou já dois estudos com impacto mediático e institucional:

- **Estudo Partilha de Sacrifícios entre Senhorios e Lojistas durante a Crise Covid**

<https://executivedigest.sapo.pt/senhorios-nao-estao-solidarios-com-lojistas-acusa-associacao-de-marcas-de-retalho-e-restauracao/>

- **Inquérito a empresas detentoras de mais de 2000 Lojas em Centros Comerciais:**

<https://www.dnoticias.pt/pais/mais-de-90-dos-lojistas-nao-pagam-rendas-desde-encerramento-GB6223329>

MEDIA



Associação de Marcas de Retalho e Restauração foi recebida pelo Presidente da República, e alertou para falta de equidade na partilha de sacrifícios entre senhorios e lojistas. Entregou estudo que mostra que por cada 175 mil euros de prejuízos para os lojistas, os senhorios registam apenas 1000.

Pedro Santos Guerreiro na TVI – O comentador referiu a *“relação desigual”* entre lojistas e proprietários de centros comerciais, cujos proprietários são, na maioria dos casos, fundos de investimento estrangeiros, que não se mostram disponíveis para negociar.

MEDIA



Expresso

ÚLTIMAS OPINIÃO ECONOMIA EXPRESSO CURTO PODCASTS TRIBUNA COVID-19 VIDA SUSTENTÁVEL 2:59

CORONAVÍRUS

Covid-19. Marcas dão as mãos numa nova associação para se defenderem da pandemia

22.04.2020 às 10h47

9 PARTILHAS



JE O Jornal Económico

EDIÇÃO SEMANAL ASSINAR SUPLEMENTOS BARÓMETRO EY EASY TAX JE EDITORS

INÍCIO ECONOMIA POLÍTICA EMPRESAS MERCADOS ADVISORY MUNDO JE TV OPINIÃO CONFERÊNCIAS ECONOMIZE

EMPRESAS

Maioria dos portugueses defende alteração à lei do arrendamento para lojas de shoppings, conclui sondagem

Mariana Bandeira 27 Maio 2020, 14:55

9 PARTILHAS

Associação de Marcas de Retalho e Restauração tem uma proposta: “Uma vez que as lojas estiveram encerradas durante todo o mês, a proposta é não pagar qualquer valor a título de remuneração, mas na perspetiva da parceria existente, pagar 30% das despesas comuns”



Miguel Pina Martins: «Se nos obrigarem a fechar as lojas, são 300 mil empregos que estão em risco»

Por Sandra M. Pinto — Em 21:00, 28 Mai, 2020

Numa altura em que o número de infectados por COVID-19 na Região de Lisboa e Vale do Tejo aumenta, e o Executivo pondera adiar a abertura dos centros comerciais, Miguel Pina Martins, porta-voz e um dos fundadores da recém-formada Associação de Marcas de Retalho e Restauração (AMRR), explica quais os desafios que se colocam ao sector, alertando para as graves consequências que advêm do fecho das lojas. em entrevista exclusiva à Human Resources.

MEDIA

Expresso

Covid-19. Marcas dão as mãos numa nova associação para se defenderem da pandemia

<https://expresso.pt/coronavirus/2020-04-22-Covid-19.-Marcas-dao-as-maos-numa-nova--associacao-para-se-defenderem-da-pandemia>

Jornal Económico

Nova associação de marcas de retalho e restauração exige 'medidas urgentes' ao Governo

<https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/nova-associacao-de-marcas-de-retalho-e-restauracao-exige-medidas-urgentes-ao-governo-579329>

Maioria dos portugueses defende alteração à lei do arrendamento para lojas de shoppings, conclui sondagem

<https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/maioria-dos-portugueses-defende-alteracao-a-lei-do-arrendamento-para-lojas-de-shoppings-conclui-sondagem-593715>

MEDIA

Antena 1

Covid-19. Associação de Marcas de Retalho e Restauração prevê falências e despedimentos

https://www.rtp.pt/noticias/covid-19/covid-19-associacao-de-marcas-de-retalho-e-restauracao-preve-falencias-e-despedimentos_a1226596

ECO

Artigo de opinião do Presidente da AMRR, Miguel Pina Martins *"Fechar a loja não é solução!"*

<https://eco.sapo.pt/opiniaio/fechar-a-loja-nao-e-solucao/>

Human Resources

Entrevista ao Presidente da AMRR, Miguel Pina Martins *"Se nos obrigarem a fechar as lojas, são 300 mil empregos que estão em risco"*

<https://hrportugal.sapo.pt/miguel-pina-martins-se-nos-obrigarem-a-fechar-as-lojas-sao-300-mil-empregos-que-estao-em-risco/>

ASSOCIADOS

